



Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais

**522^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE
SAÚDE DE
MINAS GERAIS.**

09 de outubro de 2017.

Belo Horizonte/MG
Outubro/2017.



1 **ATA DA 522ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS**
2 **GERAIS, REALIZADA NO DIA NOVE DE OUTUBRO DE 2017**, no Auditório do antigo
3 prédio Bemge, à Rua Rio de Janeiro nº 471, 24º andar – Bairro Centro (Praça sete), em
4 Belo Horizonte – MG

5 Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, no plenário do Auditório
6 do antigo prédio Bemge, à Rua Rio de Janeiro nº 471, 24º andar – Bairro Centro (Praça
7 sete), em Belo Horizonte – MG foi realizada a quingentésima vigésima segunda reunião
8 ordinária do CESMG, com os seguintes pontos de pautas: 14h00 - Abertura e verificação do
9 número de presentes; 14h05 - Leitura do expediente, comunicações, requerimentos,
10 moções, indicações e proposições; discussão e deliberação plenárias sobre as matérias,
11 em pauta; 14h30 – Aprovação das atas das reuniões ordinárias dias 07/08/2017 e
12 11/09/2017; 15h00 – Falta de medicamentos na Rede SUS/MG -17h00 - Informes da Mesa
13 Diretora, Informes das Conselheiras e dos Conselheiros e Mesa de Negociação do SUS,
14 Informes da CIB/SUS-MG.18h00 Encerramento. **Abertura e verificação do número de**
15 **presentes; 14h05 - Leitura do expediente, comunicações, requerimentos, moções,**
16 **indicações e proposições; discussão e deliberação plenárias sobre as matérias, em**
17 **pauta:** A reunião foi iniciada com a composição da mesa: Ederson Alves da Silva (vice-
18 presidente), Lourdes Aparecida Machado (Secretária Geral), Júlio César (1º Secretário),
19 Gislene Gonçalves dos Reis (2ª Secretária), Camila Moreira de Castro (3ª Secretária);
20 Nazaré Anjo dos Santos (1ª Diretora de Comunicação), Renato Almeida de Barros (2º
21 Diretor de Comunicação), Lisandro Almeida (Gestor – SES – Chefe de Gabinete). No início
22 da reunião Houve problemas técnicos com o som do auditório e foi informado pelo vice-
23 presidente e 3ª secretária que o CES irá iniciar processo de compra de novo equipamento,
24 logo em seguida a questão foi normalizada. Em seguida o vice-presidente informou que a
25 COPASA fez alteração na sua indicação para conselheiros, passando Rogério Matos de
26 Araujo para titular e Mauricio Vieira Chaves suplente. Foram apresentadas as justificativas
27 ausências dos conselheiros Adolpho Randown Neto (usuário-Transvida) e Mauricio Vieira
28 Chaves (COPASA). O vice-presidente esclareceu que foi necessário suspender a discussão
29 do ponto de pauta de apreciação e deliberação sobre Relatório de Gestão 2015, uma vez
30 que parecer não foi finalizado pelos membros da câmara técnica. Nesse sentido, comunica
31 que no próximo dia 23/10/2017, o assunto será pautado na reunião extraordinária do
32 CESMG e já convoca todos conselheiros e conselheiras para estarem presentes. **PONTO**
33 **1.** O vice presidente comunicou sobre a inversão dos momento dos informes para final da
34 reunião, contudo o conselheiro Jurandir Jurandir Ferreira (usuário-CNBB) lembrou que isso
35 fere o artigo 23 do regimento interno do CESMG. Foi esclarecido pela Mesa Diretora que a
36 inversão se deu em virtude de muitos informes acabarem gerando debates
37 sobrecarregando o horário das pautas pré-definidas. Diante dos questionamentos o plenário
38 foi consultado se mantinha a organização da pauta da forma que está, e na reunião de
39 novembro revejam. A proposta foi aprovada pela maioria dos presentes. **PONTO 3. Em**
40 **substituição ao ponto de pauta sobre o RAG 2015**, foi inserida a discussão sobre Falta
41 de medicamentos na rede SUS/MG, e foi esclarecido pelo vice-presidente que a pauta é
42 urgente em virtude das diversas demandas que vem chegando ao CES e à SESMG e por
43 isso é importante que seja apresentado aos conselheiros estaduais um panorama da
44 situação. Para prestar os esclarecimentos a reunião contou com a presença de Daniela
45 Aguiar (Superintendente de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado da Saúde de
46 Minas Gerais). A superintendente informou que assumiu a superintendência recentemente,
47 em substituição ao Homero, que era o superintende. Informou que os medicamentos
48 estratégicos são fornecidos pelo Ministério da Saúde e que medicamentos especializados,
49 alguns são fornecidos pela SES e outros pelo Ministério da Saúde e que e alguns casos a
50 SES tem comprado e o Ministério da Saúde realiza o ressarcimento. Contudo, alguns
51 medicamentos houve deserção no edital para compras, e há casos em que valores dos
52 medicamentos nos editais estão acima do valor do mercado. Informou que o Ministério
53 Público do Estado de Minas Gerais foi notificado sobre os itens que foram desertos no
54 edital. Uma forma de tentar viabilizar a compra é a SESMG dialogar com outros estados



55 brasileiros para realizar a compra junto com outros estados. Vem sendo adotadas medidas
56 medidas administrativas no sentido de garantir junto ao fornecedor a compra de
57 medicamentos. Informa que existe atualmente um atraso de um ano para os pagamentos
58 dos fornecedores, e por isso muito não querem manter o fornecimento. Pontua que alguns
59 municípios estão em fase de ajuste em virtude do novo formato da política de assistência
60 farmacêutica, que deve ocorrer de forma descentralizada. Após explanações foi aberto para
61 o plenário, havendo manifestação dos seguintes conselheiros: Claudete Liz de Almeida
62 (usuária – UGT) que pontuou que em virtude da substituição dos gestores acaba que os
63 usuários são os que mais ficam prejudicados. Ressalta que o controle social não pode ficar
64 à mercê das respostas negativas. Ederson Alves informou que a substituição do ex-
65 superintendente Homero agora é Subsecretário de Assistência Farmacêutica. A conselheira
66 Júnia Célia Medeiros (segmento trabalhador – Conselho Regional de Farmácia de MG)
67 pontua que os principais motivos para a falta de medicamentos estão ligados à falta de
68 pagamento e à gestão, e que os principais prejudicados são os municípios. Manifesta sua
69 preocupação com a falta de medicamentos na atenção básica e também os medicamentos
70 especiais. Solicitou que a Superintendente Daniela, apresente uma proposta do que pode
71 ser feito diante do atual panorama que a SES se encontra. Daniela esclareceu que no
72 município, os gestores farmacêuticos e equipe estão sendo capacitados; a compra é feita
73 por registro de preços a fim de atender melhor os municípios. Manifestou ainda a
74 Conceição Aparecida Pereira Rezende (Ouvidora da Saúde) que também registrou sua
75 preocupação sobre a falta de medicamentos no Estado uma vez que essa é primeira
76 manifestação dos usuários junto a Ouvidoria do SUS/MG. Vê ganho o Homero ter assumido
77 a Subsecretaria de Assistência Farmacêutica, face o compromisso que ele tem com essa
78 política. Reconhece na nova superintendente é conhecedora da causa. Pontua que o
79 problema da falta de medicamentos, dificuldade de fornecedores privados está aliada à
80 uma lógica do mercado, mas que a população não pode ficar “refém” do mercado privado
81 para as políticas de saúde. **Sugere que o Conselho Estadual em conjunto com a**
82 **sociedade civil crie uma comissão para discutir de forma ampla a questão dos**
83 **medicamentos.** Nazaré Anjo dos Santos (FADEMG – usuária) solicita informações sobre a
84 proposta para distribuição de medicamentos básicos. Ressalta que, mesmo diante do
85 débito com o fornecedor, o Estado precisa apresentar uma alternativa para a entrega de
86 medicamento. Pergunta como o Estado está resolvendo os problemas mais urgentes de
87 pagamento. Para esta questão Daniela pontua que é feita uma avaliação de riscos, que a
88 SES “pega carona” nas atas de outros Estados e também com municípios como em BH. O
89 conselheiro Jurandir Ferreira (usuário CNBB), pergunta se 100% dos municípios aderiram a
90 nova proposta ou distribuição de medicamentos?; 2º) Se o pagamento do Estado aos
91 municípios está em dia; 3º) O que a FUNED tem fornecido para o Estado. Daniela informa
92 que não tem informações sobre as questões. O conselheiro Rômulo Venades (usuário
93 FETAEMG) pontua que o Conselho é deliberativo, e que não pode aceitar a resposta
94 apresentada pela Superintendente da SES, sobre **como resolver os problemas da falta**
95 **de medicamentos. Solicita que a SES apresente um relatório de quais itens da cesta**
96 **estão faltando, assim como uma planilha do atual débito.** O conselheiro apresenta
97 FETAEMG para integrar a comissão de medicamentos. Propõe também que a FUNED deve
98 ser inserida na decisão pois entende que essa instituição possui capacidade de produzir
99 medicamentos para Minas Gerais e para o Brasil. Daniela pontua que na posição de gestão
100 também sabe sobre a dificuldade na pele, como usuário. Ressalta que mesmo com
101 mudança de superintendentes os trabalhos serão dados prosseguimento. Pontua que a
102 SES tem atendido junto ao Governador, feito notas técnicas e apoia a criação da comissão.
103 Informa que por ordem cronológica o pagamento está atrasado em um ano e que Homero
104 está atuando nessa frente e em uma próxima reunião poderão trazer informações mais
105 detalhadas ou enviar apresentação para o CES. Eni Carajá (usuário - FOPAD) já realizaram
106 várias reuniões com a SES, realizaram também audiência pública, mas, que até a presente
107 data não foi apresentada uma resposta objetiva para resolver o problema. Solicita que seja
108 criado um sistema para cadastrar as demandas da assistência farmacêutica. Lembra que

109 se observarem os relatórios de gestão da SES é possível verificar o decréscimo no
110 investimento na parte dos medicamentos. O conselheiro estadual Paulo Reis (usuário-
111 Fórum de Saúde Mental – Membro CTOF), lembrou que há possibilidade de privatização da
112 FUNED. A conselheira Terezinha Oliveira (usuária-FADEMG) sugere a elaboração de um
113 documento, em conjunto com várias instituições para levar para o Governador de Minas
114 Gerais. O conselheiro estadual Erli Rodrigues (usuário – FADEMG) ressalta que o Estado
115 deve possuir planejamento e organização para realizar o fornecimento de medicamentos. A
116 conselheira estadual Lourdes Aparecida Machado (Trabalhadora CRP/MG) pontua sobre a
117 importância de ampliar a discussão no âmbito do controle social sobre a **medicalização**
118 **abusiva e excessiva, à exemplo da ritalina. A conselheira pergunta também existe algum**
119 **estudo por parte da SESMG que trate sobre o uso excessivo de medicamentos e que é**
120 **importante que o controle social do SUS realize uma fiscalização mais expressivas sobre a**
121 **sobre o looby de laboratório. A Superintendente de Assistência Farmacêutica destaca**
122 **que para as questões apresentadas ainda não pensada em nível estadual uma política**
123 **públicas. Contudo informa** que foram realizadas no Estado uma oficina piloto para buscar
124 estratégias para o uso racional de medicamentos. Complementando as explicações de
125 Daniela, Louise (Diretora de Medicamentos Básicos da SESMG) pontuou que anteriormente
126 os medicamentos básicos eram adquiridos pelo Estado, o valor é tripartite – 50% União;
127 25% Estado; 25% Municípios. Com a regionalização o número de itens foi expandido para
128 340 e isso leva ao barateamento para os municípios no valor dos medicamentos. Ressalta
129 que o Estado de Minas Gerais acompanha junto aos municípios a execução das atas de
130 preços e que existem pontos de controle monitorados pelo Estado. Esclarece que a
131 regionalização se faz necessária diante das diretrizes do próprio SUS e municípios já estão
132 colhendo frutos. A conselheira estadual Aline Pacheco (usuária - AMAPEM) lembrou que
133 em junho de 2017, foi realizada a reunião sobre a falta de medicamentos, e que àquela
134 época já havia sido solicitada a composição da comissão para acompanhar a Política de
135 Assistência Farmacêutica no Estado. O conselheiro estadual Renato Barros (Trabalhador –
136 Sind/Saúde) lembrou que o CESMG durante as discussões do seminário da sobre Parceria
137 Público Privada e que os setores da saúde estão sendo todos privatizados. Pontua que no
138 próximo dia 19/10, haverá uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa que tratará
139 sobre o assunto, e é importante controle social se fazer presente, e reafirmar seu
140 posicionamento contrário a todo tipo de privatização na área da saúde. Informa, que o Sind.
141 Saúde MG, se necessário for, acionará o Ministério Público para atuar sobre a privatização
142 no SUS/MG. O conselheiro Rubens Silvério (usuário FAMEMG) sugere como
143 encaminhamentos: 1) Que o CESMG amplie a discussão sobre o Looby das Indústrias
144 Farmacêuticas visando buscar proposições para combater o lobby ; 2) Fazer diálogo junto
145 ao Governo Federal a fim de buscar o aumento dos itens disponibilizados atualmente pelo
146 Ministério da Saúde; 3) Criar estratégias junto ao corpo médicos do SUS a fim de que de
147 que os mesmos receitem apenas os itens contidos na lista do SUS; 4) Reforça que o papel
148 da FUNED deve ser o de fabricar medicamentos para o SUS, e que a política da FUNED
149 deve ser apresentada no CESMG; 5) lembra que o Estado de Minas Gerais não está
150 investindo os 12% na área saúde, conforme legislação, e é importante criar uma comissão
151 composta com representantes controle social, legislativo estadual, Governador e Secretaria
152 Estadual de Saúde a fim de discutir o assunto e fazer cumprir os investimentos na saúde.
153 Lembrou ainda a importância do Relatório de Gestão Quadrimestral ser avaliado dentro do
154 prazo legal. O conselheiro estadual Júlio César (Usuário – FAMEMG), pontua que o SIGAF
155 será um instrumento importante para o acompanhamento da Política de Assistência
156 Farmacêuticas e falta de medicamentos. Ressalta que o conselho estadual vem recebendo
157 várias reclamações formais de usuários sobre a falta de medicamentos, essas são enviadas
158 à SES, que devolve a resposta para o CES, mas o Conselho Estadual não pode ter apenas
159 o papel burocrático. B) Pontua que o CESMG deve discutir e deliberar sobre a questão de
160 médicos do SUS receitar medicamentos que não estejam na listagem do SUS, e essa
161 resolução deve ser no sentido de proibir essa ação por parte dos médicos. A conselheira
162 estadual Adriana Fernandes (Trabalhadora – SEEMG), lembrou que Homero na reunião de

163 junho, pontuou a responsabilidade dos medicamentos deve ser tratada diretamente com o
164 Secretário de Estado, e que pontua a importância de partir de agora as questões sejam
165 cumpridas. Lembra que é importante o acompanhamento e fiscalização por parte dos
166 conselhos municipais de saúde da política de assistência farmacêutica. O Chefe de
167 Gabinete da SESMG Lisandro Almeida (Gestor – SES – Chefe de Gabinete) lembra que a
168 falta de medicamentos infelizmente não é novidade. Lembra que não se pode ter retrocesso
169 no SUS. Todas as pessoas que assumiram a gestão sabiam do déficit do Estado. Coloca-
170 se enquanto Chefe de Gabinete à disposição para o que puder ajudar. Pontua que nas
171 próximas reuniões irão discutir o RAG e a Lei Orçamentária, 78% está para pagamento dos
172 servidores. Lembra que o Fundo Estadual de Saúde não é administrado pelo Secretário de
173 Saúde. Pontua que a SES recebe espasmos sem saber o valor total que irão receber.
174 Lisandro esclarece que talvez a fala do Homero tenha sido má interpretada, pois o Homero
175 visa seguir a hierarquia para fazer alguns encaminhamentos. Informou que a SES já está
176 trabalhando no sentido do lobby dos medicamentos. Estão ainda desenvolvendo um
177 software sobre judicialização dos medicamentos. O vice presidente Ederson lembrou da
178 importância de trabalhar de forma parceira. A conselheira estadual Gláucia Batista
179 (trabalhadora- CRP) sugere que seja feito um estudo aprofundado sobre a medicalização
180 da vida. O conselheiro estadual Daniel dos Santos (usuário-FAMEMG) sugeriu que os
181 protocolos para receitar para usuário Após manifestação dos conselheiros foram retirados
182 os seguintes encaminhamentos: 1) Formar a comissão paritária e com participação do
183 Ministério Público, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Planejamento e Secretaria de
184 Saúde, Secretaria de Governo para discutir sobre o gerenciamento Fundo Estadual de
185 Saúde; 2) Elaborar inicialmente um documento norteador do controle social sobre a Política
186 Estadual de Assistência Farmacêutica de MG; 3) Solicitar da SES a série histórica e ordem
187 cronológica dos pagamentos aos fornecedores, face o contingenciamento; e que sejam
188 anexadas às respostas ao CES as cópias dos ofícios e nota técnica emitidas; 4) Emitir um
189 ofício ao Governador com posicionamento de que o CES não admite que não pagar os
190 fornecedores de medicamentos. Sobre essa questão manifestou contrário ao envio do ofício
191 no dia 10/10, o vice-presidente uma vez que o mesmo entende que é necessário a
192 formação da comissão para elaborar um documento mais sólido. Será função da Comissão
193 eleita nesta data emitir o documento em até 15 dias; 5) Emissão de uma nota crítica do
194 CES sobre a assistência farmacêutica e falta de medicamentos no Estado de Minas Gerais
195 ; 6) Realização de um Seminário para discutir política de assistência farmacêutica,
196 dispensação de medicamentos e uso racional dos mesmos, bem como a falta de
197 medicamentos e impactos sobre a assistência aos usuários. Esse seminário deverá contar
198 com presença de entidades, governo de usuários. **Em regime de votação foi aprovada a**
199 **criação de comissão paritária para elaborar a nota técnica sobre questão da política**
200 **de assistência farmacêutica e falta de medicamentos no Estado de Minas Gerais.** A
201 comissão ficou formada da seguinte forma: conselheira Aline Pacheco (usuária), Mariane
202 Rodrigues Ferreira (usuária – ABRALLE); Júnia Célia de Medeiro (trabalhadora-CRF),
203 Adriana Fernandes Carajá (trabalhadora- SEE/MG e a SESo indicará a representante da
204 gestão, participarão desta comissão membros da mesa diretora do CESMG; os demais
205 encaminhamentos apresentados serão desdobramentos da Comissão após elaboração da
206 nota e divulgação junto aos órgãos competentes; **PONTO 2. Aprovação das atas das**
207 **reuniões ordinárias dias 07/08/2017 e 11/09/2017 –** O vice-presidente consultou ao
208 plenário se aprova as atas. O conselheiro Jurandir informou que enviou vários itens para
209 serem corrigidos em duas atas. Nesse sentido **a aprovação das atas foi suspensa e será**
210 **transferida para próxima reunião do CES. PONTO: Avaliação da 1ª CEVS. Ederson**
211 **lembrou que houve alguns** problemas, mas que foram sanados durante a 1ª CEVS e o
212 CES está recebendo vários elogios dos conselhos municipais. Pontuou que a equipe de
213 trabalhadores da FUNED vem solicitando pauta junto ao CES, e que uma das demandas é
214 também a cobrança insalubridade. Informa que a política da FUNED será um dos próximos
215 pontos de pautas do CESMG; lembra aos conselheiros conforme foi informado no início
216 desta reunião que no dia 23/10/2017, será realizada uma reunião extraordinária para

217 deliberar sobre o Relatório Anual de Gestão da SESMG do ano de 2015 é importante a
218 presença de todos os conselheiros e conselheiras, principalmente participando das
219 discussões na câmara técnica que irá elaborar o parecer. Renato Barros informou sobre
220 sua participação na comissão organizadora da 1ª CEVS, informou sobre a reunião do
221 Conselho Nacional de Saúde no dia 19/10, quando será discutido sobre a 1ª Conferência
222 Nacional de Vigilância e também sobre o julgamento da Emenda 86/2016. Informa que a
223 comissão organizadora nacional da 1ª CNVS tem a proposta de realizar um ato contra a
224 aprovação da Emenda 086/2016. Reforça a importância do controle social de Minas Gerais
225 se fazer presente nesses atos, com cada município se responsabilizando por seus
226 representantes. O conselheiro Erli Rodrigues (usuário – Morhan) sugere que o tema
227 Hospitais Regionais seja ponto de pauta do CES/MG. Sobre essa questão o vice-
228 presidente do CES lembrou que a mesa diretora vem realizando visita à esses hospitais. O
229 conselheiro Rubens Silvério (usuário FAMEMG) informou que recentemente foi eleito vice-
230 presidente do COMAM, bem como o conselheiro Daniel dos Santos foi eleito membro da
231 diretoria da referida entidade. O conselheiro Jurandir Ferreira informou sobre existência de
232 impasse na apresentação LOA 2018 em Uberaba. Ressalta que o CMS notificará o
233 Ministério Público local. Informou ainda que ocorreu a revogação das portarias MS 01/2017,
234 28/09/2017. Sugere que seja criada um cartilha atualizada das legislações do MS, inclusive
235 com portarias revogadas, e que essas seja divulgadas para os conselheiros. Estima-se que
236 setecentas portarias foram revogadas. Solicita o cronograma capacitações dos CMS.
237 Informou que recebeu a resposta da CTOF, referente à questionamentos feitos à SES
238 sobre recursos destinados para a política dos privados de liberdade. Reforça a importância
239 do CESMG possuir insumos essenciais para desempenhar seu trabalho, tais como
240 computadores, impressoras, cópias etc; A conselheira Claudete Liz (usuária-UGT)
241 parabeniza a atuação do controle social e ao SUS de Governador Valadares. O conselheiro
242 estadual Eduardo Araujo de Souza (usuário-Mohan) parabenizou toda a comissão
243 organizadora e equipe de funcionários da Secretaria Executiva do CESMG no processo de
244 organização e realização da Conferência de Vigilância em Saúde. Destaca o cuidado,
245 receptividade, profissionalismo da equipe. O conselheiro Paulo Reis (usuário do Fórum de
246 Saúde Mental) informou sobre sua participação em um evento na Universidade Federal de
247 Minas Gerais com a temática Saúde Mental no SUS. A conselheira Adriana Fernandes
248 Carajá informou sobre a reformulação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) que
249 repercutirá na atuação do profissional de enfermagem, são pontos graves e que a categoria
250 dos enfermeiros perdeu direitos, como a de prescrever medicamentos e fazer exames
251 (preventivo, retirado dos direitos, digo atribuições dos enfermeiros); a alteração PNAB altera
252 e impacta a atenção primária. Informou que o Conselho Regional de Enfermagem fará uma
253 nota que será endossada pelo SEE/MG. Informou ainda sobre a realização no dia
254 10/10/2017 do evento realizado no Hospital Maternidade Sofia Feldman no dia 10/10/2017.
255 Informa que ocorrerá no final de outubro uma oficina para revisão da Política Nacional de
256 Educação Permanente (PNEP/SUS), mas que o controle social não foi comunicado. Solicita
257 que sejam buscadas maiores informações. A conselheira Aline Pacheco informou que foi
258 agendada para o dia 17/10/2017 uma reunião com o Núcleo de Doença Raras da SESMG e
259 o FOPA, a fim de discutir assuntos referentes a falta de medicamentos especiais. A
260 conselheira Glaucia Batista informou sobre a ação de retirada de direitos das mães
261 usuárias de drogas que cujos filhos vêm sendo retirados de forma arbitrária e
262 encaminhados para adoção. Essas mulheres são pobres, negras, indígenas, e configura-se
263 como uma política higienista. Após várias mobilizações a portaria foi suspensa pelo
264 Ministério Público, mas ainda assim a revogação não está sendo cumprida. Nesse sentido a
265 conselheira solicita que o CESMG insira em seu cronograma essa temática para discussão
266 no plenário do CESMG. o vice-presidente, Ederson Alves informou que no dia 27/10
267 haverá uma audiência pública na Assembleia Legislativa que irá tratar sobre AVC. Nada
268 mais havendo para ser tratado, a reunião foi encerrada às 17h40', quando foi lavrada a
269 presente ata, que após lida, e aprovada pelos conselheiros, será assinada pelo vice-
270 presidente e secretário geral do CESMG. Conselheiros presentes e justificativas: Adriana

271 Fernandes Carajá (Titular); Aline Esteves Pacheco (Titular); Davina Márcia S. Braga
272 (Suplente); Gláucia de Fátima Batista (Titular); Bella Ramalho (Titular); Claudete Liz de
273 Almeida (Titular); Ederson Alves da Silva (Titular); Flávia Cristine M. L. Catão (Titular);
274 Gislene Gonçalves dos Reis (Titular); Júlio César Pereira de Souza (Titular); Daniel dos
275 Santos (Suplente); Júnia Célia de Medeiros (Titular); Jurandir Ferreira (Titular); Lourdes
276 Aparecida Machado (Titular); Lisandro Carvalho de A. Lima (Suplente); Elânia dos Santos
277 Pereira (Suplente); Cyntia Maria dos Anjos Fonseca (Titular); Maria Nazaré Anjo dos Santos
278 (Titular); Terezinha Oliveira da Rocha (Suplente); Marília Aparecida Oliveira (Titular); Paulo
279 dos Reis Braga (Titular); Renato Almeida de Barros (Titular); Eva Alípia da Silva (Suplente);
280 Romélia Rodrigues Lima (Titular); Ione Martins Fortunato (Suplente); Rubens Silvério da
281 Silva (Titular); Sandra Issida Gonçalves (Titular); Maryane Rodrigues Ferreira (Suplente);
282 Kleber Rangel Silva (Titular); Denilson Gonçalves (Suplente); Rômulo Luiz Campos
283 (Suplente); Camila Moreira Castro (Titular). Belo Horizonte, 09 de outubro de 2017. Ata
284 lavrada por Eleciana Tavares da Cruz (Secretária Executiva CESMG).